

**Uma biblioteca no pampa:
livros, leitura e leitores no Rio Grande do Sul do Século XIX.**

NIKELEN ACOSTA WITTER*

Época de contrastes, o século XIX é o teatro privilegiado para análise de temas como família e intimidade *versus* atuação pública e política. De fato, estamos em meio à passagem de um mundo estruturado em relações baseadas nas ligações interpessoais, para os moldes burgueses de *status*, educação e aparência. Não é à toa que “as relações entre o público e o privado estão no centro de toda a teoria política pós-revolucionária”, conforme afirma Michelle Perrot referindo-se à Revolução Francesa (1991, p. 93).

Cenário distante do centro destas mudanças, o Rio Grande do Sul de meados do século XIX aparece como um interessante espaço de estudo. É o local em que duas épocas se defrontam. De um lado, a forte herança militarista dos períodos colonial e de independência combinada com a resistência a estruturas de estado menos flexíveis. De outro, as influências do mundo capitalista burguês e suas exigências na formação dos indivíduos. Contudo, peca quem pensa a província mais meridional do país sob uma única ótica, opondo um interior de grandes propriedades e costumes quase bárbaros, com um litoral de urbanidades incipientes e distantes demais dos centros do mundo ocidental.

É certo que o litoral conhecia mais rapidamente as modernidades que lhe entravam cidades adentro por meio de seus portos. Porto Alegre e Pelotas se muniam de sofisticções que as diferenciavam sobremaneira do interior rural, onde tais elementos chegavam mais lentamente. Porém, seria errôneo acreditar que a elite sem vivência cidadina – que distribuía suas possessões de terra mais para dentro do continente – desconhecia os códigos de sociabilidade da moderna civilização burguesa ocidental. Pelo contrário. Os próceres da província sabiam que a continuidade de seu poder estava em saber atender as exigências dos novos tempos. E, neste período, tais exigências

* Professora da UNIFRA (Centro Universitário Franciscano – RS); doutora em História Contemporânea pela UFF; pesquisa financiada pela UNIFRA.

apontavam, significativamente, tanto para o crescimento dos níveis de formação letrada quanto da leitura e da escrita, num universo formado mormente por analfabetos.

Nesse sentido, é preciso pensar sobre a natureza do poder exercido por estas elites. O trabalho de Luís Augusto Farinatti (2010), sobre as elites agrárias rio-grandenses, é bastante eloqüente em demonstrar que as bases do poder desta não se limitavam apenas à posse de grandes estâncias na fronteira e de mananciais de gado vacum. O poder econômico não era o único a determinar os mandatários da região. Era necessário conjugar isso à patentes militares e estas estavam absolutamente ligadas à quantidade de homens que este líder conseguisse arregimentar para as escaramuças da fronteira. No entanto, após a Revolução Farroupilha, estes senhores de terras, gado e homens não se fecham ao novo e percebem que a continuidade do poder de suas famílias reside na assimilação de novos modelos de sociabilidade. Os chefes militares da Farroupilha – homens, em sua maioria, forjados nas lutas de fronteira e campos de batalha desde a Cisplatina (1828) – preocupam-se que a geração de seus filhos não apenas seja letrada, mas que, ao menos um dentre eles, possua diploma de bacharel e conheça os meandros do novo tipo de política que começa a ganhar corpo com o Segundo Império. Da mesma forma que Farinatti, Jonas Vargas (2010), ao estudar as elites políticas rio-grandense, percebe uma mudança significativa no perfil dos homens que passam a compor o parlamento provincial. De acordo com o autor, apenas à título comparativo, entre 1831 e 1840, cerca de 70% dos deputados não possuía formação superior; os números se equiparam no decênio de 1840 a 1853 e, depois disso, se invertem. “Cruzando estes dados com os referentes aos deputados-gerais, dos quais 93% possuíam formação superior, podemos concluir que este era um pré-requisito fundamental para a conquista de uma cadeira na Câmara.” (VARGAS, 2010, p. 90).

Com base nestas asserções, o encontro de uma biblioteca no em pleno pampa gaúcho não soa estranho. Porém, levanta uma série de questões que vão desde os meandros da transformação das bases de *status* e poder desta elite, até a compreensão da história editorial e do mercado de expansão de livros e leitura no interior do Brasil. Além disso, demonstra a importância de se compreender os usos sociais crescentes da leitura nas relações das elites interioranas, em processo de letramento, com a indústria livreira do século XIX.

Assim, o documento que constitui a base deste estudo é o levantamento dos livros pertencentes ao Brigadeiro Olivério José Ortiz, em seu inventário (1869). Este rico estancieiro da fronteira sul rio-grandense, prócere militar da província e figura de destacado papel político na primeira metade do século XIX¹, teve como inventariante sua segunda esposa, Ana Ortiz da Silva, uma mulher bem mais jovem que o já nonagenário Brigadeiro. Como os 23 (vinte e três) livros descritos aí não constam no inventário da primeira esposa de Ortiz, Dona Febrônia Cândida, datado de 1852, pode-se imaginar que o gosto pela leitura fosse uma característica da jovem consorte. Alguns elementos da história do segundo casamento do Brigadeiro parecem corroborar essa hipótese, bem como o fato de a pequena biblioteca estar recheada de romances românticos e novelas, apontados como uma espécie de “literatura para mulheres” na época. (WATTS, 2010; LAJOLO; ZILBERMAN, 1991).

Contudo, não se pode afirmar que o velho Brigadeiro fosse totalmente indiferente aos livros de sua casa, pelo contrário, alguns títulos parecem indicar com clareza que a leitura poderia ser um *hábito*, ou, ao menos, um *interesse* seu. Nesse caso, *hábito* e *interesse* diferem sobremaneira entre si. De acordo com Roger Chartier:

Uma vez escrito e saído das prensas, o livro, seja ele qual for, está suscetível a uma multiplicidade de usos. Ele é feito para ser lido, claro, mas as modalidades de ler são, elas próprias, múltiplas, diferentes segundo as épocas, os lugares e os ambientes. Durante muito tempo, uma necessária sociologia da desigual distribuição do livro mascarou essa pluralidade de usos e fez esquecer que o impresso, sempre, é tomado dentro de uma rede de práticas culturais e sociais que lhe dá sentido. A leitura não é uma invariante histórica – mesmo nas modalidades mais físicas -, mas um gesto, individual ou coletivo, dependente das formas de sociabilidade, das representações do saber ou do lazer, das concepções da individualidade. (CHERTIER, 2004, P. 173).

Tendo em mente essa definição de Chartier sobre a posse dos livros e sua leitura, se considera que a existência de uma biblioteca, em meados do século XIX, em uma casa de estância no interior de Alegrete – maior município da fronteira sul rio-grandense,

¹ Olivério José Ortiz foi deputado provincial em 1835, depois, Ministro da Guerra da República Rio-Grandense, comandou a fronteira de Missões e o distrito militar de Caçapava, chegando, mais tarde, a Brigadeiro do exército Imperial Brasileiro. (FARINATTI, 2010, p. 205).

distante cerca de 497 Km da capital Porto Alegre – não era apenas objeto de leitura, mas também de exibição. Logo, pode-se acreditar que, por volta da segunda metade do século XIX, já havia, por parte da elite militar e social da fronteira, o *interesse* na *posse* de livros, elemento que podia conjugar-se, ou não, ao *hábito* de lê-los. Chartier (2004), porém, ao estudar séries de inventários nos séculos XVII e XVIII, alerta que a posse dos livros, presentes nos inventários, não pode ser confundida com sua leitura, nem com os níveis de leitura desta época. No caso do Rio Grande do Sul, ainda não possuímos estudos seriais sobre a posse de bibliotecas no século XIX, o que resulta um nível de pesquisas ainda individuais e esparsos sobre o tema.

Além disso, a significação do livro possuído permanece incerta: será que se trata de leitura pessoal ou herança conservada, instrumento de trabalho ou objeto jamais aberto, companheiro de intimidade ou atributo de aparência social? (CHERTIER, 2004, p. 175).

A busca pelas respostas às perguntas de Chartier gera novas questões para o contexto pesquisado: a quem e por que se exibia tal biblioteca? Será que a posse da biblioteca não diretamente ligada à modernização no tipo de poder exercido pelo Brigadeiro e sua família em sua região? Seria o conteúdo da biblioteca capaz de nos dar pistas competentes para auxiliar na busca por todas estas respostas?

Existem ainda outros fatores que devem ser levados em consideração. O Brigadeiro Ortiz é um remanescente dos tempos coloniais (ele nasceu em 1779) e das guerras que se seguem à questão da independência. Já sua segunda esposa é egressa de uma época posterior. Dona Ana nasceu e foi criada em um mundo em que os modelos educacionais das jovens de elite passam não só por sua alfabetização, mas por uma educação do gosto e um refinamento das atitudes. Esses “adornos do espírito” tornavam as moças mais valiosas no mercado de casamentos, através do qual se orquestravam alianças políticas e de fortuna. (CORBIN,1991). Indo além de seu papel reprodutor, as jovens passavam a ser os símbolos da modernidade e civilidade de seus pais e maridos. Liam, tocavam instrumentos, desenhavam, um conjunto de elementos que, agregados, década à década, no Brasil do século XIX, aproximavam as elites imperiais dos modelos burgueses vigentes na Europa ocidental. Moullier (2008) vê essa inclusão da mulher – de forma mais maciça – como uma das grandes revoluções do século XIX.

Essa “europeização dos costumes” – que vinha ocorrendo no Brasil desde a chegada da corte portuguesa em 1808 – sofre uma aceleração especialmente após 1850, especialmente com a cópia dos modelos franceses de comportamento por parte das elites brasileiras. “Desenhava-se a representação de uma sociedade rural francesa que aparecia como um paradigma de civilidade para a sociedade tropical e escravagista dos campos do Império”. (ALENCASTRO, 1997, p. 43). Assim, determinadas mercadorias ostentatórias, em especial de origem francesa, ganham destaque especial na construção do *status* dessas elites em seu próprio interior. Tal fato pode explicar, ao menos parcialmente, a existência, entre os volumes da biblioteca do Brigadeiro e de Dona Ana, de um exemplar de *Os Miseráveis* (publicado no Brasil em 1862, mesmo ano de sua publicação francesa) no valor de 20 mil réis. (AGUIAR, 2001).

Em outras palavras, para responder questões apontadas acima sobre a biblioteca dos Ortiz é preciso entender quem foram o Brigadeiro e sua jovem segunda esposa e, em especial, a sociedade brasileira em que eles viveram. Por outro lado, é necessário adentrar no interior dos livros dessa biblioteca, conhecê-los e entender seu impacto na época de sua publicação, assim como qual era seu público preferencial e seus usos sociais, além de saber como chegaram ao distante Alegrete da segunda metade do século XIX.

Numa primeira aproximação dos possuidores dos livros, tudo o que se vê é um atestado de riqueza. Quando da morte de sua primeira esposa, o Coronel possuía quase 20.000ha. apenas em sua estância do município de Alegrete, mas esta, embora fosse a maior, era somente uma entre as três de que era dono (havia outra no município de São Gabriel e uma terceira no Estado Oriental). A estância da Palma, como era chamada, comportava um rebanho de cerca 5000 animais, uma significativa variedade de construções, inúmeros agregados e um plantel de 18 escravos (o que era um número considerável para esta parte do território brasileiro). Estes números colocavam o Brigadeiro Ortiz e sua família entre os 5% de pessoas mais ricas de toda a região. Entretanto, se é inegável a afirmação de que o Brigadeiro compunha a elite agrária do território sulino, o próprio conceito de elite do mundo agrário sul rio-grandense já não é o mesmo apontado pela historiografia até bem pouco tempo. “A simples afirmação de que a elite econômica das plagas sulinas consistia em um grupo de grandes criadores de gado é insuficiente”

(FARINATTI, 2010, p. 58). Compreender esta elite, afirma o autor, é também entender as estratégias que ela usava para se fazer e se manter como elite.

Se, já em princípios do século XIX, a alfabetização aparecia como um dos elementos dessas estratégias – vide as numerosas cartas trocadas pela elite sul rio-grandense durante a Revolução Farroupilha³ –, a leitura (e/ou a posse de livros) cresce ao longo do XIX como um sinônimo de *status* e de poder. O Rio Grande do Sul não se diferencia da tendência mundial neste período, trazida pelo Brasil já quando da vinda da corte portuguesa (SCHWARCZ *et alli*, 2002). A Revolução Industrial chegou muito rapidamente aos livros e, já em meados do século XIX, as bibliotecas particulares constituem um item de distinção entre os que aspiravam poder e/ou reconhecimento social. Assim, se por um lado é preciso considerar a simbologia da posse de uma biblioteca, por outro, cabe ressaltar a própria visão que o mundo do século XIX tinha do livro enquanto objeto.

No século XIX, a oralidade havia-se tornado um fóssil social. O livro impresso era considerado por muitos o verdadeiro santuário dos mais elevados sentimentos humanos, a ser aberto, experimentado e apreciado por todas as pessoas de modo igualitário, com privacidade, silêncio e devoção.
(FISCHER, 2006, p. 231).

Assim, entender a biblioteca dos Ortiz é também buscar traçar o *status* do livro – como objeto – no mundo distante dos centros culturais em que o casal viveu. O que sabemos sobre a leitura no interior do Rio Grande do Sul ainda é pífio, porém, é possível pensar no livro a partir das informações que temos sobre sua trajetória no resto do mundo ocidental.

Sabe-se que, entre meados do século XVII e o século XIX, os livros deixaram de ser apenas tipos de obras de arte destinadas a impressionar e impor respeito, mas cujo conteúdo restava insignificante para a maioria dos membros da elite. (FISCHER, 2006, p. p.232). Os livros tornaram-se instrumentos e, no século XIX, já se faziam imprescindíveis àqueles que desejavam ou ocupavam posições de poder. Não é à toa que foi justamente neste período, quando a própria história ganha seu *status* definitivo

³ Publicadas pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul em 16 volumes de documentos a respeito da Revolução Farroupilha – cartas, em sua maioria – pertencentes à Coleção Alfredo Varela.

como disciplina, que são feitas divisões como *pré-história* (antes da escrita) e *história* (após a invenção da escrita); ou entre sociedades *ágrafas* e *grafas*.

Para Steven Fischer (2006), o século XVIII é o grande divisor das águas que, no XIX, se solidificam alçando a leitura e os leitores a um novo patamar dentro da sociedade. O primeiro ponto identificado pelo autor é a passagem do que ele chama de leitura intensa – o retorno contínuo do leitor aos poucos títulos disponíveis – à leitura extensa – uma absorção de uma quantidade bem maior de textos. “A partir deste período, o próprio conceito acerca da principal função da leitura se modificava: da concentração para o acesso a mais informação” (FISCHER, 2006, p. 234). Dentro da mesma ideia, Fischer aponta também para o avanço da instrução e do seu papel social.

No Brasil, contudo, não podemos dar à instrução – como no caso da própria leitura, estando estes processos entrelaçados – o mesmo peso que esta tem na Europa Ocidental e nos EUA (os locais estudados por Fischer). Porém, pode-se observar com clareza, ao longo do século XIX, o peso que esta vai assumindo para as elites brasileiras. O exemplo mais patente disso é o aumento do número de bacharéis nas Assembléias estadual e nacional, bem como o próprio fortalecimento das instituições de ensino superior no país, o que vem acompanhado de um substancial aumento dos liceus e escolas de primeiras letras (FARIA FILHO *et alli*, 2003).

A trajetória do Birgadeiro Ortiz (estudada por FARINATTI, 2010) aponta nesse sentido, ou seja, o da incorporação dos novos códigos das elites brasileiras do XIX. Ortiz não apenas envia um de seus filhos para estudar na Universidade de Coimbra, como também se preocupa em importar um piano e um professor de música a fim de instruir sua filha ainda solteira, conforme informa o inventário da primeira esposa. Ora, a questão do piano nos moldes educacionais das moças de elite é algo bastante característico da cultura aburguesada de fins do século XVIII e do século XIX (CORBIN, 1991; ALENCASTRO, 1997). Auguste Saint-Hilaire, em sua viagem pelo Rio Grande do Sul nos anos 1820, chega a comentar sobre os pais que iam a festas com partituras nos bolsos e não perdiam a ocasião de exhibir suas filhas (SAINT-HILAIRE, 1997). Apenas para que se tenha ideia da importância do instrumento nos modelos aburguesados de educação, segue um trecho já clássico de Alain Corbin sobre o tema:

Edmond de Goncourt exagera apenas um pouco quando batiza o piano como o “haxixe das mulheres”; é bem assim que o instrumento aparece no imaginário da época. Danièle Pistone levantou na literatura romanesca do período 2 mil cenas nas quais ele intervém. Metade delas diz respeito a moças; um quarto, a mulheres casadas. A grande moda do instrumento inicia-se em 1815; o pudor trabalha a seu favor, depois que a harpa, o violoncelo e o violão começaram a parecer indecentes. Durante a Monarquia de Julho, o piano expande-se pela pequena burguesia; em seguida, democratiza-se. Começa inclusive a tornar-se um pouco vulgar a partir de 1870: começa seu relativo declínio. (CORBIN, 1991, p 486).

Ora, mesmo em se tratando de um lugar tão remoto do mundo ocidental quanto a fronteira meridional do Brasil em meados do século XIX, é possível perceber o alcance dos ideais civilizacionais de instrução burguesa. O piano da filha do Brigadeiro é uma prova.

De alto valor agregado e de imediato efeito ostentatório (...), o piano apresentava-se como objeto de desejo dos lares patriarcais. Comprando um piano, as famílias introduziam um móvel aristocrático no meio de um mobiliário doméstico incaracterístico e inauguravam – no sobrado urbano ou nas sedes das fazendas – o salão: um espaço privado de sociabilidade que tornará visível, para observadores selecionados, a representação da vida familiar.” (ALENCASTRO, 1997, p. 47).

A faculdade do filho (embora malograda) em Coimbra, outra. A biblioteca do Brigadeiro e de sua segunda esposa é mais uma prova deste modelo, e a qual esta pesquisa pretende investigar com maior profundidade.

De fato, estamos diante de uma rosácea de temas que se entrelaçam. A partir do estudo da biblioteca dos Ortiz pode-se deslindar uma série de indagações que vão da história política – já comentada acima sobre as representações de poder e a posse da biblioteca e a importância de se parecer um leitor mais que o hábito de ler (FISCHER, 2006, p. 248) –, até a história da revolução industrial – enfocando a trajetória do livro enquanto objeto, de sua publicação à sua chegada nas remotas paragens dos pampas.

Mas, ainda há mais. Um estudo do conteúdo dos livros aponta para um estudo do gosto literário, dos interesses e das sensibilidades individuais, nos termos já estudados por

Corbin (1991), Roger Chartier (1999, 2004) e Robert Darnton (1988). Através deste estudo também é possível se partir para um estudo da intimidade, como proposto por Theodore Zeldin (2008). Por fim, ainda é possível debruçar-se sobre as inúmeras possibilidades das práticas de leitura, inclusive aquelas que poderiam romper com barreiras hierárquicas, como apontam os estudos que tentam articular os processos de leitura e a escravidão (FISCHER, 2006, p 260), ou fortalecê-las. Neste último caso, é interessante apontar como a leitura podia restar instrumental para com o trato dos grupos hierarquicamente inferiores (escravos e agregados). Basta lembrar-se do uso dos manuais de medicina pelos grandes fazendeiros, conforme estudado por Maria Regina Guimarães (2004):

“Os manuais de medicina popular foram um tipo de produção literária sofisticada, freqüentemente em forma de livros de grossos volumes, que expressava a ciência médica do Império a ser divulgada junto ao público leigo. Foram escritos pela autêntica elite médica - autores que, ou faziam parte da Academia Imperial de Medicina 3 , ou tinham muito boas relações com as autoridades médicas e políticas do Império, em geral. E, se essas obras representavam a legítima ciência da época, eram, igualmente, legítimos agentes de medicina popular, tamanha sua aceitação e difusão entre a população leiga, que, através delas, pôde diagnosticar e tratar de seus males”. (GUIMARÃES, 2004, p. 2).

Obviamente que os Ortiz possuíam livros do gênero. Um *Manual de Medicina Popular* (cuja autoria não é especificada), um Chernovitz (que, no contexto do século XIX não carecia de maiores explicações, por ser o manual de medicina mais popular nas casas brasileiras), e uma Botica Homeopática (que permitia manufaturar remédios) acompanhada de seu respectivo livro. Alencastro (1997) aponta a homeopatia como outra das estrangeirices de vertente francesa que vão sendo incorporadas pelas elites brasileiras no pós-1850.

É ainda importante que se diga, que a prática de leitura em voz alta, própria deste período, aponta especialmente para que se estude as relações familiares, mas também as conjugais e, tanto Corbin (1991) quanto Fischer (2006) não se furtam a usar os livros e sua leitura como forma de acessar aquelas realidades. Nesse sentido, tanto o inventário do brigadeiro, quanto as cartas de seu filho a ele incorporadas, dão conta de que este não

se furtava em mimar a jovem esposa, adquirindo inclusive uma casa na cidade de Alegrete, munindo-a de inúmeros confortos e, com certeza, dando a Dona Ana um *salão* ao qual presidir.

Outra possibilidade de estudo vem da diferenciação sexual dos livros (indicada no início deste artigo). Em outras palavras, a ideia de que haveriam narrativas feitas para mulheres e àquelas os homens poderiam e deveriam ler. Essa é uma diferenciação bem própria do século XIX e, claro, interessante de ser aplicada a um casal como os Ortiz, no qual podemos perceber inclusive diferenças geracionais (Dona Ana regulava em idade com a filha mais nova do Coronel). Mais que isso, a aplicação deste conceito aos títulos presentes na biblioteca pode se a porta para se saber se estes eram ou não verdadeiramente lidos. Assim, a presença de títulos como *Moço Loiro* (1845) e *Rosa* (1849), de Joaquim Manuel de Macedo – romances que sabidamente tiveram um público mormente feminino (LAJOLO; ZILBERMAN, 1991, p. 90-91) – pode ser uma boa indicação no sentido de creditar aos gostos de Dona Ana (e sua efetiva leitura) a presença dos livros no inventário do Brigadeiro Ortiz.

Resta a pergunta sobre a representatividade desta biblioteca na época e lugar em que existiu, pertencendo a quem pertenceu. Por certo que, nesta mesma época e em lugares maiores, havia bibliotecas muito mais representativas. Contudo, é a excepcionalidade desta que a constrói como um objeto de estudo de enorme interesse. Trata-se da biblioteca de um casal e não de um bacharel. Mais, os documentos apontam para ser esta biblioteca a materialidade da influência da esposa mais jovem (de educação burguesa) em um homem mais velho, a quem ela parece ter funcionado como uma espécie de elemento de ligação entre duas épocas (possivelmente, esse tenha sido um dos motivos de sua escolha como consorte). Outro elemento de excepcionalidade, mas que instiga a pesquisa, é sua distância dos grandes centros, para o que cabem perguntas sobre como os livros chegaram, a que preço e qual o interesse. Parafraseando Roger Chartier (1999) no título de sua obra, é a *aventura do livro*, mas também é a de seus *possuidores* e, muito especialmente, de seus *leitores*.

Referências Bibliográficas:

ABREU, Marcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas/ São Paulo: Mercado de Letras/ Associação de Leitura do Brasil/ Fapesp, 1999.

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no império, in ALENCASTRO, L. F. de. *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 2. São Paulo: Companhia das letras, 1997.
- AGUIAR, Ofir B. de. A recepção de *Os Miseráveis* no Brasil do século XIX, in *Signótica: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística/ UFG*. Vol. 13, n.1, 2001. <http://revistas.ufg.br/index.php/sig/article/view/7297/5164> Acessada em 18/03/2011.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Editora UNESP/ Imprensa Oficial do Estado, 1999.
- _____. *À Beira da Falésia: A História entre certezas e inquietude*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 2002.
- _____. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- CHARTIER, Anne-Marie. *Práticas de Leitura e Escrita: história e atualidade*. Trad. Vários. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.
- CORBIN, Alain. Bastidores, in PERROT, Michelle (org.). *História da Vida Privada*. Vol. 4. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Trad. Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, pp. 413-610.
- DARNTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos*. Rio de Janeiro: Graal Editora, 1988.
- FARIA FILHO, Luciano Meneses de; LOPES, Eliane M. T.; VEIGA, Cyntia G. *500 Anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2003.
- FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.
- FISCHER, Steves R. *História da Leitura*. Trad. Claudia Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- GUIMARÃES, M. R. C. Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império, in *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n.2, Rio de Janeiro, maio/ago., 2005.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A Leitura Rarefeita*. Livro e literatura no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- MULLIER, Jean-Yves. *A Leitura e seu público no mundo contemporâneo*. Ensaios sobre História Cultural. Trad. Eliza Nazarin. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- PERROT, Michelle (org.). *História da Vida Privada*. Vol. 4. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Trad. Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Trad. Adroaldo mesquita da costa. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.
- SCHWARCZ, Lilian; COSTA, Angela M. da; AZEVEDO, Paulo César de. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte*. Os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889). Santa Maria: Editora da UFSM/ANPUH, 2010.
- WATTS, Ian. *A Ascensão do Romance*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.
- WITTER, N. *Males e Epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2007 (tese de doutorado).
- ZELDIN, Theodore. *Uma História Íntima da Humanidade*. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2008.